

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos
VINICIUS MONTEIRO BENICIO

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS.**

Diamantina
2024

VINICIUS MONTEIRO BENICIO

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS.**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação Lato sensu Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Especialista

Orientador:
Prof. Me.Chrystiellen Ayana Aparecida Rodrigues

**Polo Carlos Chagas
2024**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

B467e BENICIO, VINICIUS MONTEIRO
2024 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. [manuscrito] : EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / VINICIUS MONTEIRO BENICIO. -- Diamantina, 2024.
30 p.

Orientador: Prof. Chrystiellen Ayana Aparecida Rodrigues.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, Diamantina, 2024.

1. Educação - em - Direitos- Humanos. 2. Consciência - Crítica. 3. Cidadania - Ativa. 4. Inclusão - Social. 5. Educação - de - Jovens - e - Adultos. I. Aparecida Rodrigues, Chrystiellen Ayana. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886 e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Vinicius Monteiro Benício

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção título de Especialista em Educação em
Direitos Humanos, na Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Rodrigues

Orientadora: Me. Chrystiellen Ayana Aparecida

Data de aprovação: 27/11/2024

Me. Chrystiellen Ayana Ap.Rodrigues
Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos - UFVJM - Orientadora

Me. Ilva de Fátima Souza
Instituto de Ciências e Tecnologia - UFVJM



Documento assinado digitalmente
IRAIDES RODRIGUES LUIZ
Data: 28/11/2024 11:05:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Esp. Iraídes Rodrigues Luiz
Ponto dos Volantes, MG

Diamantina

2024



Documento assinado eletronicamente por **Chrystiellen Ayana Aparecida Rodrigues, Servidor (a)**, em 28/11/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ilva de Fatima Souza, Servidor (a)**, em 28/11/2024, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1610391** e o código CRC **B882A39E**.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento em Forma de Poesia

A minha mãe, luz que brilha forte,
Acredita em mim com toda a força do mundo,
Teu amor é meu norte,
Em cada passo, eu me aprofundo.

Chrystiellen, professora e guia,
Com paciência e amor, me ensinas a crescer,
Teu carinho é a melodia,
Que embala meus sonhos, me faz crer.

A Deus e aos orixás, minha gratidão,
Por cada bênção, por cada caminho,
Em suas mãos encontro proteção,
E a coragem que me faz seguir sozinho.

Às professoras Saada Zouhair Daou, Kelly Serejo
e Rafaela Bergh.

Amigas e inspirações, faróis na jornada,
Na academia, com seu ensejo,
Mostram que a pesquisa é uma linda caminhada.

E a minhas amigas, Daniela, Joelia e Luana.
A força da amizade, um laço profundo,
Com risos e apoio, em cada centelha,
Juntos, conquistamos nosso mundo.

Aos meus irmãos de coração, Cássia, Cássio e Cezar,
Vocês são meu porto, meu abrigo seguro,
Com amor e união, sempre a me guiar,
Nossa família é meu bem mais puro.

Agradeço a todos, do fundo do coração,
Por cada palavra, cada gesto de amor,
Juntos, fazemos a transformação,
E em cada conquista, encontramos valor.

Dedico este trabalho a todos os jovens, adultos e idosos que, apesar de um sistema que frequentemente nega oportunidades e reforça desigualdades, ainda acreditam na educação como arma de resistência e transformação. Que cada conquista acadêmica seja um ato de ruptura com as estruturas que perpetuam a ignorância e a opressão. Que o conhecimento adquirido não seja apenas uma chave para abrir portas, mas uma ferramenta para derrubá-las, quando necessário. Somente assim poderemos construir, juntos, um futuro onde justiça e dignidade não sejam privilégios, mas direitos fundamentais para todos.

RESUMO

Este trabalho explora a importância da educação em direitos humanos na formação de jovens e adultos, evidenciando seu impacto na construção de uma sociedade mais justa e igualitária ao desenvolver a consciência crítica e a cidadania ativa. A pesquisa revisita os objetivos da educação em direitos humanos, enfatizando a reflexão crítica e o respeito à dignidade humana, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde essa abordagem pode ajudar a superar desigualdades estruturais. A metodologia utilizada é qualitativa e explora o impacto da educação em direitos humanos na EJA, usando revisão bibliográfica e análise de conteúdo. Foram consultadas obras-chave e documentos institucionais, categorizando temas como cidadania ativa e conscientização crítica. Os resultados indicam que, apesar dos desafios na implementação, como resistência cultural e necessidade de formação de educadores, a educação em direitos humanos fortalece a coesão social e promove um engajamento ativo na vida comunitária e política, sendo essencial para a construção de uma sociedade inclusiva. Melhorar as práticas pedagógicas e integrar os direitos humanos ao currículo são estratégias sugeridas para maximizar os benefícios dessa educação transformadora.

ABSTRACT

This article explores the importance of human rights education in the development of young and adult learners, highlighting its impact on building a more just and fostering critical awareness and active citizenship. The research revisits the goals of human rights education, emphasizing critical reflection and respect for human dignity, particularly in Adult and Youth Education (EJA), where this approach can help address structural inequalities. The results indicate that despite challenges in implementation, such as cultural resistance and the need for teacher training, human rights education strengthens social cohesion and promotes active engagement in community and political life, making it essential for the construction of an inclusive society. Improving pedagogical practices and integrating human rights into the curriculum are suggested strategies to maximize the benefits of this transformative education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.	13
2. METODOLOGIA.	14
3. REVISÃO DA LITERATURA.	15
3.1 Compreendendo a Educação de Jovens e Adultos	15
3.2 Contextualização da Educação em Direitos Humanos: Conceitos e Propósitos.	16
3.3 A importância da educação em Direitos Humanos na EJA.	20
3.4. Impactos da Educação em Direitos Humanos para Jovens e Adultos.	20
3.4.1 Estimulação da Consciência Crítica.	20
3.4.2 Fomento à Participação Cidadã.	22
3.4.3 Promoção da Harmonia Social.	23
4. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EJA.	25
4.1 Resistência Cultural e Institucional.	25
4.2 Formação de Educadores	27
4.3 Recursos e Infraestrutura.	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	30
5. REFERÊNCIAS.	31

1. INTRODUÇÃO

A educação em direitos humanos (EDH) é amplamente reconhecida como um pilar essencial para o desenvolvimento de uma cidadania informada e engajada. Em um contexto global onde as questões de injustiça e desigualdade continuam a ser desafios prementes, essa abordagem educacional não apenas promove a compreensão dos direitos fundamentais, mas também incentiva a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa (UNESCO, 2012). A importância da educação em direitos humanos se torna ainda mais evidente quando examinada no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a área educacional que atende a indivíduos que frequentemente enfrentam barreiras significativas para a participação plena na sociedade devido a desafios socioeconômicos e culturais.

A EJA tem o objetivo de proporcionar oportunidades de aprendizado para aqueles que não tiveram a chance de completar a educação formal na idade apropriada. Neste cenário, a integração dos direitos humanos na EJA se revela essencial. Conforme Pereira (2019), a educação em direitos humanos pode oferecer aos alunos da EJA as ferramentas necessárias para enfrentar e superar as desigualdades estruturais que frequentemente moldam suas vidas. Essa abordagem não apenas fornece conhecimento sobre direitos e deveres, mas também promove a reflexão crítica sobre as injustiças que esses indivíduos podem enfrentar em suas comunidades.

A formação de uma cidadania engajada e crítica é central para a educação em direitos humanos. Freire (2006) enfatiza que a educação deve ir além da simples transmissão de conhecimentos, buscando desenvolver uma consciência crítica nos indivíduos, permitindo-lhes questionar e desafiar as estruturas de poder e injustiça que afetam suas vidas. A educação em direitos humanos, portanto, não apenas informa os alunos sobre seus direitos, mas também os capacita a atuar como agentes de mudança e a participar ativamente na vida democrática de suas sociedades.

A promoção da cidadania ativa e do engajamento social também é um aspecto fundamental dessa abordagem educacional. Nussbaum (2011) argumenta que a educação em direitos humanos incentiva os alunos a se envolverem na vida

comunitária e política, reforçando a importância da participação ativa em processos democráticos e promovendo uma maior inclusão e equidade. Esse engajamento é crucial para a construção de uma sociedade democrática, onde todos os indivíduos têm voz e influência nas decisões que afetam suas vidas.

Além do mais, a educação em direitos humanos desempenha um papel vital no fortalecimento da coesão social. Dower (2007) observa que, ao abordar preconceitos e discriminações e ao ensinar sobre a diversidade e o respeito mútuo, a educação em direitos humanos contribui para a criação de uma sociedade mais harmoniosa e inclusiva. Essa abordagem educacional é crucial para promover o respeito pela diversidade e a compreensão mútua. Além disso, ajuda na construção de uma base sólida para a convivência pacífica entre diferentes grupos sociais.

Esse estudo, portanto, busca analisar a importância da educação em direitos humanos na formação de jovens e adultos, explorando como essa abordagem pode contribuir para a promoção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Utilizando uma revisão da literatura existente, este trabalho examina a influência da educação em direitos humanos sobre a consciência crítica, a cidadania ativa e a coesão social, além de discutir as melhores práticas e desafios associados à implementação de programas educacionais focados em direitos humanos para esse público específico.

2. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo como base a revisão bibliográfica e a análise documental. O estudo explorou o impacto da educação em direitos humanos na formação de jovens e adultos, dentro do contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo Gil (2008), as pesquisas qualitativas são apropriadas para explorar fenômenos sociais complexos, como o impacto da educação em direitos humanos. Além disso, a pesquisa tem caráter exploratório, com o objetivo de fornecer maior familiaridade com o tema e permitir uma compreensão mais profunda das questões envolvidas.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma ampla revisão da literatura acadêmica e documentos oficiais. Foram consultadas obras de autores renomados, como Paulo Freire e Nussbaum, além de publicações em periódicos científicos e documentos institucionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). As bases de dados utilizadas incluíram Scielo e Google Scholar, com foco em artigos, livros e teses publicadas nos últimos 15 anos. As palavras chaves utilizadas foram: Educação em Direitos Humanos, Consciência Crítica, Cidadania Ativa, Inclusão Social, Educação de Jovens e Adultos (EJA). A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). Essa técnica permitiu a categorização das informações em eixos temáticos, como conscientização crítica, cidadania ativa e coesão social, temas que surgiram de forma recorrente na literatura. A análise comparou diferentes perspectivas e resultados apresentados nos estudos revisados, possibilitando identificar padrões e divergências.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Compreendendo a Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos durante a idade regular. Sua origem remonta a práticas informais de alfabetização e programas voltados à inclusão social, especialmente no contexto de um Brasil marcado por desigualdades socioeconômicas e educacionais. Historicamente, a EJA ganhou relevância no século XX, a partir de iniciativas como as campanhas de alfabetização promovidas pelo governo federal e projetos conduzidos por movimentos sociais, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e os programas de alfabetização inspirados nas metodologias de Paulo Freire. Esses esforços se consolidaram como respostas à exclusão educacional, especialmente entre as populações rurais, trabalhadores e comunidades marginalizadas (FREIRE, 2006). No Brasil, a função da EJA transcende o objetivo de apenas garantir o acesso à educação formal; ela desempenha um papel crucial na promoção da cidadania e no enfrentamento das

desigualdades estruturais. Segundo Freire (2006), a EJA deve ser vista como um espaço de emancipação, onde a educação se torna um instrumento de transformação social, capacitando os indivíduos a questionarem e superarem as estruturas de opressão. A legislação brasileira, por meio da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reforça a importância da EJA como um direito de todos, promovendo a democratização do acesso à educação em todas as etapas da vida. Além disso, programas governamentais como o ProJovem e o Brasil Alfabetizado têm buscado ampliar o alcance dessa modalidade, ainda que desafios relacionados à evasão, falta de recursos e desigualdades regionais permaneçam (PIRES, 2017). A EJA cumpre, assim, uma função estratégica no Brasil: além de promover a alfabetização e o aprendizado formal, ela atua na valorização das trajetórias de vida dos alunos, ressignificando suas experiências e fortalecendo sua autoestima. Como destaca Nussbaum (2011), a educação que considera o indivíduo em sua totalidade, respeitando sua história e contexto, é capaz de fomentar a inclusão social e o engajamento cívico. A EJA torna-se ainda mais relevante. Ela não apenas proporciona o aprendizado básico, mas também promove a consciência crítica, a valorização da diversidade e a construção de lideranças comunitárias, ajudando a superar as desigualdades e promover uma sociedade mais justa e equitativa (PEREIRA, 2019). Portanto, compreender a EJA é reconhecer sua centralidade como um direito humano e um instrumento para a realização de outros direitos fundamentais. Em um país onde o histórico de exclusão educacional reflete desigualdades sociais profundas, a EJA emerge como um caminho de esperança, resistência e transformação para jovens, adultos e idosos que buscam reescrever suas histórias por meio da educação.

3.2 Contextualização da Educação em Direitos Humanos: Conceitos e Propósitos.

A educação em direitos humanos é um processo educativo fundamental que visa preparar os indivíduos com o conhecimento necessário sobre os direitos fundamentais e promover atitudes que respeitem a dignidade humana. De acordo com a UNESCO (2012), essa forma de educação tem como principais objetivos a

sensibilização sobre os direitos e deveres, a promoção da igualdade e a capacitação dos indivíduos para uma participação ativa e informada na sociedade. A UNESCO define a educação em direitos humanos da seguinte forma:

A educação em direitos humanos é um processo que visa promover a compreensão e a conscientização dos direitos e deveres humanos, incentivar a reflexão crítica e desenvolver atitudes que respeitem a dignidade humana. (UNESCO, 2012, p. 15)

Logo, esse processo educativo é amplamente reconhecido por seu papel na formação de uma cidadania responsável e crítica. Freire (2006) argumenta que a educação em direitos humanos vai além da simples transmissão de conhecimentos; ela busca desenvolver uma consciência crítica nos indivíduos, permitindo-lhes compreender e questionar as estruturas sociais e políticas que afetam suas vidas. Como Freire enfatiza, a educação deve ser um instrumento de libertação e transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária:

A educação não é apenas um meio de transmissão de conhecimentos, mas sim uma prática de liberdade que promove a reflexão crítica e a ação transformadora dos indivíduos. (Freire, 2006, p. 75)

A UNESCO (2012) destaca que a educação em direitos humanos é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, uma vez que ajuda a criar uma cultura de respeito e dignidade. Isso é particularmente relevante em contextos onde a falta de conhecimento sobre direitos pode levar à perpetuação de injustiças e desigualdades. A promoção da igualdade e a capacitação para a participação ativa são aspectos centrais dessa abordagem, pois permitem que os indivíduos não apenas conheçam seus direitos, mas também participem de maneira efetiva no processo democrático e nas decisões que afetam suas vidas e suas comunidades.

Também segue a mesma lógica do pensar, Dower (2007) que reforça a importância da educação em direitos humanos ao afirmar que ela contribui para o fortalecimento da coesão social. Ao promover uma compreensão mútua e o respeito pela diversidade, a educação em direitos humanos ajuda a construir uma sociedade mais coesa e inclusiva, onde as diferenças são respeitadas e as injustiças são

desafiadas. A formação de uma base sólida de respeito e compreensão é crucial para a convivência pacífica e para a promoção de uma cultura de direitos humanos que permeia todos os aspectos da vida social e comunitária.

Portanto, a educação em direitos humanos é um componente vital na promoção da justiça social e na construção de uma sociedade mais equitativa. Ela não apenas fornece conhecimentos essenciais sobre os direitos fundamentais, mas também incentiva uma participação ativa e crítica dos indivíduos, promovendo uma cultura de respeito e dignidade que é fundamental para a coesão social e a justiça.

3.3 A Importância da Educação em Direitos Humanos na EJA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma plataforma vital para reconstruir e fortalecer o tecido social de indivíduos que, por diversos motivos, tiveram o acesso à educação formal interrompido ou negado. Ao incorporar a Educação em Direitos Humanos (EDH), a EJA ultrapassa o ensino convencional, promovendo um espaço onde os alunos podem ressignificar suas experiências e compreender suas próprias trajetórias à luz de seus direitos fundamentais e deveres cívicos. Como aponta Freire (2006), a educação deve ser

Uma prática de liberdade que promove a reflexão crítica e a ação transformadora dos indivíduos (Freire, 2006, p. 75).

Nesse sentido, a EJA, orientada pelos valores de EDH, oferece um caminho para que os educandos compreendam as injustiças e desigualdades que enfrentam e tomem iniciativas para transformá-las.

A EDH, quando aplicada na EJA, incentiva os alunos a adotarem uma postura crítica frente ao contexto social que os rodeia, capacitando-os a identificar práticas e estruturas discriminatórias e a compreender os mecanismos de exclusão social aos quais foram submetidos. Segundo Dower (2007), a EDH

Não apenas fornece uma compreensão dos direitos e deveres, mas também estimula uma reflexão crítica sobre as condições sociais e políticas (Dower, 2007, p. 23).

Nesse ambiente, a EJA com foco em EDH torna-se um local onde os alunos podem examinar as raízes da desigualdade e da discriminação, proporcionando um espaço para o fortalecimento de sua autoestima e identidade social, que muitas vezes foram enfraquecidas pelas condições de exclusão.

Além de promover a conscientização crítica, a EJA com enfoque em EDH contribui para a construção de lideranças comunitárias. Em regiões onde a educação formal é escassa, essa integração possibilita que os participantes não apenas aprendam sobre seus próprios direitos, mas também se tornem multiplicadores de conhecimento e agentes de mudança em suas comunidades. Como observa Nussbaum (2011), a EDH

Capacita os indivíduos a se envolverem ativamente nos processos democráticos, promovendo uma cidadania informada e participativa (Nussbaum, 2011, p. 42).

Na EJA, esse processo de empoderamento permite que os educandos inspirem suas comunidades a reconhecer e reivindicar seus direitos, promovendo mudanças sociais significativas e duradouras.

O público da EJA possui uma experiência de vida vasta e única, o que enriquece a abordagem da EDH, pois possibilita uma construção coletiva de conhecimento, onde as experiências individuais se tornam matéria-prima para o aprendizado e a reflexão. De acordo com Bickmore (2012),

Uma abordagem participativa, que inclui discussões em grupo, projetos comunitários e atividades interativas, não só aumenta o engajamento dos alunos, mas também os empodera para aplicar o que aprenderam em suas vidas diárias (Bickmore, 2012, p. 97).

Essa metodologia participativa é essencial na EJA, pois, ao valorizar as experiências dos alunos, promove-se um aprendizado que não é apenas teórico, mas profundamente vinculado às suas vivências e realidades. Contudo, a implementação da EDH na EJA enfrenta desafios específicos, como a escassez de recursos e a necessidade de formação contínua para os educadores, os quais precisam estar preparados para lidar com temas sensíveis e complexos, além de adaptar o ensino à diversidade dos alunos. Segundo Banks (2008),

Educadores precisam de uma formação robusta e contínua para abordar adequadamente os conceitos complexos e as questões sensíveis envolvidas na educação em direitos humanos (Banks, 2008, p. 72).

Para que a EDH na EJA seja eficaz, é essencial que os professores possuam as habilidades necessárias para explorar temas de justiça social e equidade com seus alunos, respeitando suas histórias e proporcionando um ambiente de aprendizado seguro e inclusivo.

A integração da Educação em Direitos Humanos na EJA representa, portanto, um avanço significativo para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Através do fortalecimento da consciência crítica, da promoção de lideranças comunitárias e do respeito pelas experiências dos educandos, a EJA se configura como um espaço transformador, onde o aprendizado não apenas informa, mas empodera. Deste modo, a EJA e a EDH juntas não só ampliam o acesso à educação, mas também contribuem para a formação de cidadãos engajados e conscientes, prontos para contribuir com suas comunidades e para desafiar as estruturas que perpetuam a desigualdade.

3.4. Impactos da Educação em Direitos Humanos para Jovens e Adultos.

3.4.1 Estimulação da Consciência Crítica.

Um dos benefícios mais significativos da educação em direitos humanos é a promoção da consciência crítica. Essa abordagem educacional é projetada para ajudar os indivíduos a adquirir uma compreensão mais profunda e crítica das questões sociais e políticas que afetam suas vidas e suas comunidades.

Paulo Freire (2006) é um dos principais defensores da educação crítica, destaca a importância dessa consciência para a transformação social. Ele argumenta que a consciência crítica é essencial para a transformação social, permitindo que os indivíduos não apenas compreendam, mas também desafiem as estruturas de opressão que moldam suas experiências. Segundo Freire:

A educação deve ser um ato de conhecimento e transformação, promovendo a capacidade dos indivíduos de questionar e transformar as estruturas que perpetuam a opressão e a injustiça. (Freire, 2006, p. 79).

Essa perspectiva é reafirmada por outros estudiosos que destacam o papel da educação em direitos humanos na capacitação dos indivíduos para atuar como agentes de mudança. Através da educação em direitos humanos, os alunos são incentivados a desenvolver uma visão crítica sobre as desigualdades e injustiças sociais, o que, por sua vez, os capacita a tomar ações para promover a justiça e a igualdade em suas comunidades.

Dower (2007) também observa que a educação em direitos humanos contribui para o desenvolvimento da consciência crítica ao abordar questões de injustiça e desigualdade de forma sistemática. Ele afirma que:

A educação em direitos humanos não apenas fornece uma compreensão dos direitos e deveres, mas também estimula uma reflexão crítica sobre as condições sociais e políticas, permitindo que os indivíduos questionem e resistam às injustiças que enfrentam. (Dower, 2007, p. 23)

A perspectiva é crucial para a formação de cidadãos informados e engajados. Ao aprender sobre direitos humanos e injustiças sociais, os indivíduos são mais capazes de reconhecer e desafiar as práticas e estruturas que perpetuam desigualdades. A capacidade de questionar e analisar criticamente as realidades sociais é um passo fundamental para promover mudanças significativas e construir uma sociedade mais justa.

Além de tudo, a educação em direitos humanos permite que os alunos se tornem mais conscientes de seus próprios direitos e responsabilidades, o que contribui para uma participação mais ativa e informada na vida comunitária e política. Como Nussbaum (2011) destaca, a educação em direitos humanos promove uma compreensão mais profunda das responsabilidades cívicas e do papel de cada indivíduo na construção de uma sociedade equitativa. Ele observa que:

Ao desenvolver uma consciência crítica, a educação em direitos humanos capacita os indivíduos a se envolverem ativamente na vida democrática, entendendo suas responsabilidades e contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. (Nussbaum, 2011, p. 58)

Assim, a educação em direitos humanos desempenha um papel vital no desenvolvimento da consciência crítica dos jovens, adultos e idosos. Ao proporcionar uma compreensão mais profunda das questões sociais e políticas e capacitar os

indivíduos para questionar e desafiar injustiças, essa abordagem educacional promove uma sociedade mais justa e informada, onde os cidadãos são capazes de atuar como agentes efetivos de transformação social.

3.4.2 Fomento à Participação Cidadã.

A educação em direitos humanos desempenha um papel crucial na promoção da cidadania ativa ao incentivar os alunos a se engajarem ativamente na vida comunitária e política. Esse aspecto da educação em direitos humanos é vital para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, onde todos os indivíduos têm a oportunidade de participar nas decisões que afetam suas vidas e suas comunidades.

Nussbaum (2011) destaca que a educação focada em direitos humanos é fundamental para o fortalecimento da cidadania. Ela proporciona aos indivíduos uma compreensão mais clara de seus direitos e responsabilidades, o que os capacita a se envolver de maneira efetiva nos processos democráticos. Nussbaum afirma que:

A educação em direitos humanos não apenas informa os indivíduos sobre seus direitos, mas também os capacita a se envolver ativamente nos processos democráticos, promovendo uma cidadania informada e participativa. (Nussbaum, 2011, p. 42)

Esse engajamento ativo é essencial para a vitalidade de qualquer democracia. Ao proporcionar uma compreensão abrangente dos direitos e responsabilidades, a educação em direitos humanos capacita os indivíduos a contribuir para a vida comunitária e política de maneira significativa. Segundo Nussbaum, a participação ativa é um dos pilares para o desenvolvimento de uma sociedade democrática onde todos têm voz e influência. Ele destaca:

Para que uma democracia funcione efetivamente, é crucial que os cidadãos compreendam suas responsabilidades e participem ativamente das decisões que afetam a sociedade. A educação em direitos humanos promove essa participação ao fornecer o conhecimento e as habilidades necessárias para um engajamento efetivo. (Nussbaum, 2011, p. 47)

Além de capacitar os indivíduos para a participação política, a educação em direitos humanos também fortalece a coesão social ao promover uma cultura de respeito e inclusão. Dower (2007) observa que, ao ensinar sobre a importância dos direitos humanos e a necessidade de uma participação ativa, essa abordagem educacional ajuda a construir uma sociedade onde todos os membros se sentem valorizados e ouvidos. Como Dower afirma:

A educação em direitos humanos é essencial para a construção de uma sociedade coesa e inclusiva, pois incentiva os indivíduos a se envolverem ativamente e a contribuir para um ambiente onde todos são respeitados e suas vozes são ouvidas. (Dower, 2007, p. 29).

Logo, a promoção da cidadania ativa, sustentada pela educação em direitos humanos, é um dos maiores benefícios dessa abordagem educacional. Esse tipo de educação não apenas transmite informações sobre direitos e deveres, mas também desenvolve habilidades essenciais para uma participação efetiva nos processos democráticos e na vida comunitária. Ao capacitar indivíduos para entender e exercer seus direitos de forma informada, a educação em direitos humanos fomenta um engajamento mais profundo na sociedade. Isso vai além do simples ato de votar; envolve uma participação ativa em debates públicos, envolvimento em iniciativas locais e contribuição para a criação e implementação de políticas que atendam às necessidades da comunidade. Esse tipo de participação não só fortalece a democracia participativa, mas também ajuda a construir uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Quando as pessoas estão preparadas para atuar como cidadãos ativos e conscientes, elas têm a oportunidade de influenciar e moldar o futuro coletivo, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e que as decisões reflitam o interesse comum. Em última análise, a educação em direitos humanos oferece as ferramentas necessárias para que cada indivíduo contribua de forma significativa para um ambiente democrático e solidário.

3.4.3 Promoção da Harmonia Social.

A educação em direitos humanos desempenha um papel significativo no fortalecimento da coesão social, principalmente ao abordar preconceitos e discriminações presentes nas sociedades. Essa abordagem educacional é crucial para promover a inclusão e construir uma sociedade mais harmoniosa e inclusiva, ao

tratar de temas como diversidade, igualdade de gênero, direitos dos povos indígenas e direitos das minorias.

Dower (2007) argumenta que a educação em direitos humanos é fundamental para superar barreiras sociais e culturais, contribuindo para uma convivência pacífica entre indivíduos de diferentes origens. Ele afirma que:

A educação em direitos humanos promove a inclusão e a coesão social ao abordar preconceitos e discriminações, ensinando sobre a importância da diversidade e do respeito mútuo. Isso é essencial para a construção de uma sociedade mais harmoniosa e inclusiva. (Dower, 2007, p. 34)

Ao tratar de temas relacionados à diversidade e aos direitos de grupos historicamente marginalizados, a educação em direitos humanos ajuda a promover uma compreensão mais profunda e respeitosa entre diferentes comunidades. Isso é particularmente relevante em contextos onde preconceitos e discriminações podem perpetuar a exclusão social e a divisão.

A difusão da igualdade de gênero e dos direitos das minorias, por exemplo, é uma parte crucial da educação em direitos humanos. Ao abordar essas questões, os programas educacionais não só aumentam a conscientização sobre as injustiças enfrentadas por diversos grupos, mas também incentivam atitudes e comportamentos que respeitam e valorizam a diversidade. Freire (2006) reforça a importância desse aspecto ao observar que a educação deve trabalhar para a conscientização sobre as desigualdades e fomentar uma cultura de respeito:

A educação deve ter como um de seus objetivos principais a conscientização sobre as desigualdades e a promoção de uma cultura de respeito e inclusão, capacitando os indivíduos a desafiar e transformar as estruturas que perpetuam a exclusão e a discriminação. (Freire, 2006, p. 87)

Ainda, a educação em direitos humanos contribui para a coesão social ao criar espaços onde o diálogo e o entendimento mútuo podem florescer. Através de discussões sobre direitos e respeito à diversidade, os indivíduos são encorajados a refletir sobre suas próprias atitudes e a construir relações baseadas na empatia e no respeito mútuo. Nussbaum (2011) destaca que:

A educação em direitos humanos não apenas educa os indivíduos sobre seus próprios direitos, mas também promove a construção de uma comunidade mais coesa ao fomentar o respeito e a compreensão entre diferentes grupos sociais. (Nussbaum, 2011, p. 56)

Fortalecer a harmonia social é um dos grandes ganhos da educação em direitos humanos. Ao investir nesse tipo de educação, estamos abrindo portas para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Isso acontece porque a educação em direitos humanos atua diretamente em áreas essenciais como a promoção da inclusão, a desconstrução de preconceitos e a tentativa da eliminação de discriminações. Quando as pessoas aprendem sobre os direitos e o valor de cada indivíduo, elas estão mais preparadas para interagir de maneira positiva e construtiva com aqueles ao seu redor. Esse aprendizado ajuda a criar um ambiente onde o respeito mútuo é a norma, e onde as diferenças são valorizadas em vez de usadas para dividir. Além disso, ao abordar e superar barreiras sociais e culturais, a educação em direitos humanos melhora a convivência entre pessoas de diferentes origens e experiências. Isso resulta em uma comunidade mais coesa, onde todos têm a chance de participar de forma justa e igualitária. Em síntese, essa educação é fundamental para construir uma sociedade mais harmônica e pacífica, onde todos possam se sentir valorizados e incluídos.

4.Desafios na Implementação da Educação em Direitos Humanos na EJA

4.1 Resistência Cultural e Institucional.

A implementação de programas de educação em direitos humanos frequentemente enfrenta desafios significativos relacionados à resistência cultural e institucional. Essas resistências surgem especialmente em contextos onde as normas e valores tradicionais podem estar em desacordo com os princípios promovidos pelos direitos humanos. Superar essas barreiras requer uma abordagem cuidadosa e adaptada às realidades locais, que envolva a participação ativa das comunidades na construção e adaptação dos programas educacionais.

Smith (2016) explora a complexidade da resistência cultural e institucional na implementação da educação em direitos humanos, destacando que em muitos contextos, os princípios universais dos direitos humanos podem entrar em conflito com práticas e crenças locais. Ele observa que:

A resistência cultural e institucional pode ser um obstáculo significativo na implementação de programas de educação em direitos humanos, especialmente em contextos onde os valores e normas tradicionais não estão alinhados com os princípios dos direitos humanos. (Smith, 2016, p. 50).

Essa resistência pode se manifestar de várias formas, desde oposição aberta por parte de grupos conservadores até a falta de apoio institucional para a integração de programas de direitos humanos nas escolas e comunidades. Para enfrentar esses desafios, é fundamental adotar uma abordagem que respeite as particularidades culturais e envolva os diversos atores locais no processo de implementação. Isso significa adaptar os conteúdos e métodos de ensino às realidades e necessidades específicas das comunidades, ao mesmo tempo em que se promove o diálogo e a negociação sobre os valores e princípios em questão.

Banks (2008) reforça a importância de uma abordagem sensível e inclusiva ao lidar com a resistência cultural e institucional. Ele sugere que:

A implementação bem-sucedida de programas de educação em direitos humanos exige uma abordagem que respeite e integre as realidades culturais locais. Isso envolve a construção de parcerias com as comunidades locais e a adaptação dos conteúdos educacionais para refletir e respeitar as tradições e crenças locais. (Banks, 2008, p. 64)

Para superar a resistência cultural e institucional, é essencial engajar as comunidades locais na criação e adaptação dos programas de educação em direitos humanos, a participação ativa das comunidades pode ajudar a garantir que os programas sejam relevantes e respeitosos em relação às tradições e valores locais, ao mesmo tempo em que promovem os princípios fundamentais dos direitos humanos.

Ainda mais, a formação e o suporte contínuo para educadores e líderes comunitários são cruciais para enfrentar a resistência e promover uma implementação eficaz. A capacitação desses profissionais pode ajudar a criar uma

compreensão mais profunda dos princípios dos direitos humanos e a desenvolver estratégias para abordar e superar a resistência cultural e institucional. Como ressalta Pereira (2019), a formação adequada é vital para garantir a eficácia dos programas educacionais:

A formação e o apoio contínuos para educadores e líderes comunitários são essenciais para enfrentar a resistência e garantir que os programas de educação em direitos humanos sejam implementados de forma eficaz e respeitosa. (Pereira, 2019, p. 76)

Portanto, a resistência cultural e institucional representa um desafio significativo na implementação de programas de educação em direitos humanos. Superar essas barreiras exige uma abordagem sensível e adaptada às realidades locais, que envolva as comunidades no processo de construção e adaptação dos programas. A participação ativa das comunidades e a formação contínua de educadores são estratégias fundamentais para garantir uma implementação bem-sucedida e respeitosa dos princípios dos direitos humanos.

4.2 Formação de Educadores

A formação adequada de educadores é um fator crucial para o sucesso da educação em direitos humanos. Para que os programas de educação em direitos humanos sejam eficazes, é essencial que os educadores estejam bem preparados para transmitir conceitos complexos e lidar com questões delicadas que surgem em um ambiente educacional diversificado.¹

Banks (2008) destaca a importância de uma formação sólida para os educadores, ressaltando que a capacidade de ensinar sobre direitos humanos de maneira eficaz exige uma compreensão profunda dos princípios e práticas associadas a essa área. Ele afirma:

Educadores precisam de uma formação robusta e contínua para abordar adequadamente os conceitos complexos e as questões sensíveis envolvidas na educação em direitos humanos. Isso inclui a preparação para lidar com a diversidade

e os desafios que podem surgir em um ambiente educacional. (Banks, 2008, p. 72)

A preparação adequada dos educadores é vital não apenas para a transmissão de conhecimento e construção de conhecimento, mas também para criar um ambiente de aprendizado seguro e inclusivo onde os alunos se sintam confortáveis para explorar e discutir questões de direitos humanos. A formação contínua e o desenvolvimento profissional são aspectos fundamentais para garantir que os educadores permaneçam atualizados sobre os princípios dos direitos humanos e as melhores práticas pedagógicas.

Pereira (2019) enfatiza que o investimento em formação contínua é essencial para enfrentar os desafios da educação em direitos humanos. Ele argumenta que:

Para garantir que os educadores possam abordar os temas de direitos humanos de maneira eficaz e sensível, é crucial investir em formação contínua e desenvolvimento profissional. Isso permite que os educadores estejam preparados para lidar com a complexidade e a diversidade das questões que surgem no ensino de direitos humanos. (Pereira, 2019, p. 84)

A formação contínua deve incluir não apenas o aprofundamento dos conhecimentos teóricos sobre direitos humanos, mas também o desenvolvimento de habilidades práticas para enfrentar situações desafiadoras que possam surgir durante o processo educacional. Educadores bem treinados são mais capazes de criar um ambiente de aprendizado que fomente o respeito, à inclusão e a compreensão mútua, aspectos fundamentais para o sucesso da educação em direitos humanos. Logo a formação de educadores deve abordar a importância da sensibilidade cultural e da adaptação dos conteúdos às necessidades específicas dos alunos. Isso implica em capacitar os educadores para reconhecer e valorizar a diversidade cultural e social presente em suas salas de aula, ao mesmo tempo em que se promove um ambiente inclusivo e respeitoso. Portanto, a formação adequada e contínua de educadores é essencial para a eficácia da educação em direitos humanos. A capacidade dos educadores de transmitir conceitos complexos e lidar com questões sensíveis é fundamental para garantir que os programas de direitos humanos sejam implementados de forma eficaz e impactante. Investir no desenvolvimento profissional dos educadores é um passo crucial para promover uma

educação em direitos humanos que seja verdadeiramente transformadora e inclusiva.

4.3 Recursos e Infraestrutura.

A falta de recursos e infraestrutura é um desafio também para implementação eficaz de programas de educação em direitos humanos, especialmente em contextos de baixa renda. A insuficiência de materiais didáticos adequados, suporte institucional e financiamento pode limitar a capacidade dos programas de atingir seus objetivos e sustentar suas atividades ao longo do tempo.

Pires (2017) sublinha que a ausência de recursos adequados pode comprometer gravemente a eficácia dos programas de educação em direitos humanos. Ele afirma que:

A falta de recursos e infraestrutura pode ser um obstáculo considerável na implementação de programas de educação em direitos humanos, particularmente em contextos de baixa renda, onde a escassez de materiais didáticos e suporte institucional é mais acentuada. (Pires, 2017, p. 45)

Programas de educação em direitos humanos necessitam de materiais didáticos apropriados, como livros, recursos audiovisuais e atividades interativas, que são essenciais para criar um ambiente de aprendizado envolvente e eficaz. Além disso, o suporte institucional é crucial para garantir que os programas sejam implementados de forma adequada e recebam a atenção necessária por parte das administrações educacionais.

A busca por financiamento adequado também é fundamental para a sustentabilidade dos programas. Programas bem-sucedidos frequentemente dependem de investimentos significativos para cobrir custos operacionais e garantir a continuidade das atividades. Como observa Pires, a criação de parcerias e a busca por recursos adicionais podem ajudar a mitigar esses desafios:

A criação de parcerias com organizações não governamentais, empresas e instituições acadêmicas pode proporcionar o suporte necessário e ajudar a superar a falta de recursos. Essas parcerias são vitais para garantir a eficácia e a sustentabilidade dos programas de educação em direitos humanos. (Pires, 2017, p. 50)

Outrossim, a alocação de recursos deve ser estratégica e voltada para áreas que tenham maior impacto na qualidade da educação oferecida. Investimentos em formação de educadores, desenvolvimento de materiais didáticos e infra estruturas adequadas são essenciais para garantir que os programas de educação em direitos humanos sejam implementados de maneira eficaz e inclusiva. A infraestrutura também deve ser adaptada para criar um ambiente de aprendizado que suporte a diversidade dos alunos e promova um espaço seguro e acessível para todos. Isso pode incluir a adaptação de salas de aula, a disponibilização de tecnologias apropriadas e a criação de espaços que incentivem a participação e o diálogo. Desse modo, a superação dos desafios relacionados a recursos e infraestrutura é crucial para o sucesso dos programas de educação em direitos humanos. Investir em materiais didáticos, suporte institucional e financiamento adequado é essencial para garantir a eficácia e a sustentabilidade desses programas. Além disso, a formação de parcerias e a busca por recursos adicionais podem ser estratégias eficazes para mitigar as limitações financeiras e promover a implementação bem-sucedida da educação em direitos humanos.

4. Considerações Finais

A Educação em Direitos Humanos (EDH) aplicada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) transcende a transmissão de conhecimento, ela é uma construção, configurando-se como uma ferramenta transformadora para enfrentar desigualdades estruturais e promover justiça social. A pesquisa tentou demonstrar como a EDH, ao estimular a consciência crítica, fomentar a cidadania ativa e fortalecer a coesão social, é essencial para capacitar jovens e adultos a reconhecerem e enfrentarem as injustiças que permeiam suas vidas e comunidades. No entanto, para que o impacto da EDH na EJA seja efetivo, é necessário superar desafios profundos, incluindo resistências culturais, precariedade de recursos e formação inadequada dos educadores. Muitas vezes, a resistência institucional reflete a manutenção de estruturas de poder que beneficiam poucos em detrimento de muitos. Essa barreira exige estratégias que combinem a adaptação dos conteúdos à realidade cultural local com um firme compromisso ético em transformar práticas opressivas. Sugere-se, por exemplo, que a EDH na EJA não se limite a programas isolados, mas seja incorporada de forma transversal ao currículo. Um plano pedagógico que integre

debates sobre questões como racismo, desigualdade de gênero, direitos dos povos indígenas e democracia participativa pode transformar o ambiente escolar em um espaço de diálogo crítico e aprendizado mútuo. A metodologia deve priorizar práticas participativas, como estudos de caso baseados na realidade local, projetos comunitários e uso de narrativas de vida dos próprios alunos para construir o aprendizado de forma contextualizada e empática. Além disso, a formação continuada dos educadores é um ponto central que precisa de maior atenção. É fundamental investir em capacitações que combinem teoria e prática, permitindo que os professores dominem conceitos de direitos humanos e adquiram ferramentas para abordar temas sensíveis em sala de aula. A criação de redes de apoio entre educadores e especialistas na área de direitos humanos, mediada por instituições públicas e organizações da sociedade civil, pode fortalecer o preparo dos profissionais e incentivar a troca de boas práticas. A precariedade de recursos e infraestrutura é outra limitação significativa que demanda soluções estruturais. A alocação de financiamento público específico para a EDH na EJA é importante, incluindo a produção de materiais didáticos acessíveis, uso de tecnologias educativas e adequação das escolas para atender à diversidade de seus alunos. Parcerias com ONGs, universidades e empresas também podem suprir lacunas de recursos, garantindo sustentabilidade e ampliação do impacto dos programas. Por fim, a EDH deve ser vista como mais do que um componente educacional – ela é uma prática política e transformadora, essencial para formar cidadãos críticos e engajados. Ao empoderar jovens e adultos para reconhecerem seus direitos e agirem de forma assertiva e coletiva em busca de uma sociedade mais justa, a EJA cumpre seu papel não apenas como promotora de alfabetização, mas como agente de ruptura com as estruturas de opressão. Para que a EDH na EJA atinja seu pleno potencial, é necessário um esforço conjunto entre políticas públicas consistentes, educadores comprometidos e comunidades engajadas. Somente assim será possível transformar a educação em um espaço de emancipação, onde jovens e adultos não apenas aprendam, mas se tornem protagonistas de suas histórias, capazes de construir um futuro pautado em equidade, inclusão e respeito à dignidade humana.

5. Referências

- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.
- BANKS, J. A. Diversity and citizenship education: global perspectives. San Francisco: Jossey-Bass, 2008.
- BANKS, J. A. Educating Citizens in a Multicultural Society. New York: Teachers College Press, 2007.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BICKMORE, K. Teaching controversial issues in the classroom: understanding, managing, and mediating disputes. London: Routledge, 2012.
- DOWER, N. Education for human rights: a practical guide. London: Routledge, 2007.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.
- HIGGINS, A. Integrating human rights into the curriculum: a guide for educators. London: Routledge, 2014.
- NUSSBAUM, M. Creating capabilities: the human development approach. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- O'LOUGHLIN, M. Teaching for social justice: educators' perspectives and practices. London: Routledge, 2013.
- PEREIRA, J. Desigualdade e educação: a EJA e os direitos humanos. São Paulo: Editora Educação, 2019.
- PEREIRA, J. "Direitos humanos e formação cidadã na educação de jovens e adultos." Revista de Educação e Direitos Humanos, v. 15, n. 2, p. 45-58, 2019.
- PIRES, A. Desafios e perspectivas da educação em direitos humanos no Brasil. São Paulo: Editora do Brasil, 2017.
- SANTOS, B. S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- SILVA, E. A. Educação, cidadania e direitos humanos. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SMITH, R. Human rights education: theory and practice. London: Palgrave Macmillan, 2016.
- SOUZA, M. L. Educação e inclusão social. Brasília: Editora Universidade, 2015.
- UNESCO. Human rights education: a guide for schools. Paris: UNESCO, 2012.

PIRES, A. Desafios e perspectivas da educação em direitos humanos no Brasil. São Paulo: Editora do Brasil, 2017.

SMITH, R. Human rights education: theory and practice. London: Palgrave Macmillan, 2016.

UNESCO. Human rights education: a guide for schools. Paris: UNESCO, 2012.